



Comunicação oral: Eixo 03 - Políticas, Gestão e Avaliação Pós-LDBEN

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-SOROCABA/SP: MECANISMOS E ESTRATÉGIAS DE GESTÃO DEMOCRÁTICA

Gilsemara Vasques Rodrigues Almenara – UFSCar/Sorocaba*
Paulo Gomes Lima - UFSCar/Sorocaba**

Resumo: Com vistas à qualidade socialmente referenciada, o objetivo proposto é o de analisar os mecanismos e as estratégias de indução da gestão democrática do Conselho Municipal de Educação de Sorocaba/SP, na percepção dos conselheiros. A forma como este colegiado busca sua autonomia e participação na educação municipal por meio de suas funções normativas, deliberativas e consultivas. Trata-se do recorte de um estudo maior a respeito do Conselho Municipal de Educação de Sorocaba/SP, vinculado ao Grupo de Estudos e Pesquisas “Estado, Política, Planejamento, Avaliação e Gestão da Educação” (GEPLAGE). A metodologia utilizada foi de abordagem qualitativa fundamentada em pesquisas bibliográficas e documentais. Os achados do estudo, trazidos em grande parte pelos conselheiros, visam contribuir com aspectos alusivos à educação no município de Sorocaba/SP e seu Conselho Municipal de Educação, no que se refere aos desdobramentos e proposições da gestão democrática neste colegiado.

Palavras-chave: Conselho Municipal de Educação. Mecanismos. Estratégias. Gestão Democrática.

Introdução

Sorocaba/SP, está localizada no interior do estado de São Paulo. É a quarta mais populosa cidade do interior paulista, (precedida por Campinas, São José dos Campos e Ribeirão Preto), e a mais populosa da região sudeste paulista com uma população de 687.357 habitantes, sendo uma capital regional. Sorocaba/SP (que na linguagem Tupi-Guarani significa "Terra Rasgada", um vale formado por um rio que corta o relevo) tornou-se uma grande cidade no contexto nacional graças a um conjunto de variáveis que a favoreceu, como sua localização geográfica, que a tornou um local de grande fluxo desde períodos pré-históricos. O Caminho do Sol, utilizado pelos índios nômades para conectar os oceanos Atlântico e Pacífico, passava por Sorocaba/SP, o que acabou desenvolvendo infraestrutura que seria aproveitada pelos fluxos subsequentes (bandeirantes e tropeiros). (FRIOLI; BONADIO, 2004, p. 4). Substancialmente, o município de Sorocaba avança em seu sistema de educação na segunda

*Mestra em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos – (UFSCar-Sorocaba) e membro do GEPLAGE – Grupo de Estudos e Pesquisas Estado, Políticas, Planejamento, Avaliação e Gestão da Educação.

**Pós-Doutor pela UNICAMP. Doutor em Educação Escolar pela UNESP. Líder do GEPLAGE - Grupo de Estudos e Pesquisas Estado, Políticas, Planejamento, Avaliação e Gestão da Educação e docente do PPGED UFSCar campus Sorocaba/SP.



metade do século XX, consolidando-se nas últimas décadas. Institui seu sistema de ensino em 1998, reconhecido pelo Conselho Estadual de Educação através do Parecer nº 197/98.

Neste contexto, o desafio deste estudo é o de conhecer em que medida o Conselho Municipal de Sorocaba/SP promove a participação da sociedade no aperfeiçoamento da educação, diante dos mecanismos e estratégias indutoras da gestão democrática. A gestão democrática longe de ser um eixo meramente propositivo deve legitimar-se pela voz, vez e voto dos cidadãos, assim:

A gestão democrática para ser legítima deve fazer valer a participação e democracia sem mascaramentos, isto é, considerados serão o ideário da consciência coletiva e suas solicitações quanto à leitura de mundo. É exatamente nesse sentido que é necessário analisá-la criticamente, problematizá-la, desmistificá-la, o que corresponde a transitar entre suas possibilidades e seus limites. (LIMA, ARANDA, LIMA, 2012)

Como já explicitarei, as questões tratadas aqui são um recorte de uma pesquisa maior, que contou com a parceria com os membros do Grupo de Estudos e Pesquisas Estado, Políticas, Planejamento, Gestão e Avaliação da Educação (GEPLAGE), da Universidade Federal de São Carlos – Campus Sorocaba, denominada de “Conselhos Municipais de Educação da Região Metropolitana de Sorocaba (R.M.S): a qualidade socialmente referenciada entre iniciativas exitosas e contextos adversos” A pesquisa conta com aprofundamento bibliográfico a respeito dos conselhos, assim como, com a trajetória do C.M.E.SO (Conselho Municipal de Educação de Sorocaba). Para este trabalho destacamos as respostas dos conselheiros que foram entrevistados a fim de contribuir com as reflexões a respeito das formas de gestão e ação do conselho- C.M.E.SO, no recorte temporal de 2006 a 2016.

As entrevistas foram organizadas a partir da construção do instrumento de coleta de dados e problematizadas, e como um dos critérios para a seleção dos respondentes, estes deveriam atuar no C.M.E.SO deste a construção do PME em Sorocaba/SP (2015-2018), a fim de observar possíveis contribuições desse episódio nos processos de gestão deste colegiado. As respostas seguem agrupadas de acordo com análise de conteúdo e serão abaixo tratadas, categorizadas como: a) O C.M.E.SO: e a qualidade socialmente referenciada; b) a gestão democrática e a participação no C.M.E.SO.; c) O C.M.E.SO e os mecanismos de gestão democrática e d) O C.M.E.SO e Estratégias de Gestão Democrática. De acordo com esses eixos conduzir-se-á ao desvelamento do objeto conforme o instrumento de coleta de dados destinado às entrevistas. (ALMENARA e SILVA, 2018)



O C.M.E.SO e a qualidade socialmente referenciada

Na educação a qualidade imprescinde de ampla discussão, com participação efetiva da sociedade como referenda o Decreto 6.094/2007, que dispõe sobre o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação e formaliza em seu artigo 1º [...] é a conjugação dos esforços da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, em regime de colaboração, das famílias e da comunidade, em proveito da melhoria da qualidade da educação básica. Na Resolução nº 7, de 14 de dezembro de 2010 que fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos a palavra “qualidade” aparece 14 vezes e “qualidade social” aparece 3 vezes, desta forma, observa-se a grande preocupação com esta questão em nível Nacional.

As questões de 1 a 5 fizeram destacar o tema “qualidade” e “qualidade social”. Os respondentes evidenciam a ampla diversidade que envolve a definição de qualidade, assim como a qualidade que se expressa ora de forma quantitativa e ora de forma qualitativa. Algumas relações da qualidade com o planejamento ou a falta dele, também são enfatizadas. Com alguns fragmentos da entrevista respostas dos conselheiros questionados sobre como é tratada a noção de qualidade e de qualidade social:

R 01: A questão da qualidade se você perguntar para cada conselheiro, provavelmente terá 18 respostas diferentes do que é qualidade. Como a qualidade é algo subjetivo, tento da minha formação (que é na área de exatas), a gente trabalha sempre com indicadores, eu entendo todos aqueles parâmetros que estão postos, número de alunos por sala, número de alunos por professor, número de estagiários, todos estes dados são indicadores de qualidade e indicadores alguns deles, indiretamente, indicadores de qualidade social [...]

R 01:[...]não podemos esperar as crianças pedirem vaga no primeiro ano para descobrir que não tem uma sala de aula, se ta nascendo muita criança na zona X, evidentemente daqui a 3 ou 4 anos terá que ser construída uma escola na zona X. Então isso quer dizer que a análise desses dados é absolutamente fundamental e a minha percepção é de que o poder público no país de uma forma geral, isso não é uma crítica à Sorocaba/SP, mas o Brasil ainda não entendeu como é que ele deve realizar isso.

Necessidade de gerenciamento dos dados são demonstrados pelos respondentes, a fim de realizar planejamentos para que a qualidade atinja a todos e não apenas alguns, pois estes fatores antecipam situações de forma que ao invés de sanar problemas existentes permita-se evitar que se instalem. Oliveira (2011) afirma que cabe ao órgão, C.M.E.s, garantir a gestão democrática, da educação e um ensino de qualidade no município, podendo decidir sobre diversos temas, desde autorizar o



funcionamento de escolas e cursos até a apresentação de propostas de normas pedagógicas e administrativas para as escolas. O C.M.E. é um órgão colegiado, vinculado à Secretaria Municipal de Educação, diz Oliveira (2011), e sua estrutura é inspirada na organização dos Conselhos Estaduais de Educação. Seus representantes são, em geral, indicados pelos gestores locais, oriundos de diversas ocupações, trazendo dessa forma, muitas dificuldades e planejamento e ação efetiva nas políticas e diretrizes da educação local. Esta concepção de Araújo vai ao encontro das fala dos respondente que segue:

R 03: Fico um pouco preocupada, pois penso que a escola pública pensa mais em projetos efêmeros, projetos experimentais a cada governo, a cada momento político. A cada novo momento político o novo governo desfaz o que o governo anterior fez, cada um traz uma solução mágica. Então eu não vejo planejamento nem do Estado nem do Município, como vou pensar em qualidade social se não planejo para o futuro. Acho muito difícil considerar a escola pública como aquela que apresenta uma qualidade social no seu trabalho.

Azevedo (2011) esclarece que na condição de um atributo, a qualidade e seus parâmetros integram sempre o sistema de valores que predominam em cada sociedade, o que significa dizer que sofrem variações de acordo com cada momento histórico e, portanto, de acordo com as circunstâncias temporais e espaciais. Em consequência, por ser uma construção humana, o conteúdo conferido à qualidade está diretamente vinculado ao projeto de sociedade prevaiente em determinadas conjunturas, portanto é conveniente que o C.M.E.SO expresse seu sistema de valores afim de ampliar caminhos para a qualidade social, refletindo:

R 04: Bem Gil, qualidade está ligada a avaliação, e nossa preocupação no conselho é muito grande com relação a avaliação da qualidade, então a gente sempre ta pedindo números, ta vendo gráficos, vendo assim a parte objetiva da qualidade das escolas de Sorocaba/SP, esta é uma grande preocupação e é uma grande dificuldade também, porque você entra na fase de procurar saber a qualidade interpretada não simplesmente a um número, mas qualidade em relação a condição social dos alunos que frequentam a escola.[...]

Nos espaços propostos no C.M.E.SO, é necessário representar o interesse de todos, sem representar o interesse específico de ninguém. Os conselheiros< acompanham a trajetória do conselho e algumas ações são destacadas como mecanismos e estratégias de gestão democrática, que em última instância atinge a qualidade e por vezes a qualidade social:

R 03: [...] Em termos de conselho chegamos num ponto muito interessante, pois a gente consegue perceber e realizar algumas exigências que anteriormente não fazíamos, que é a de analisar os projetos de forma que precisamos saber quanto tempo ele vai durar?....qual a finalidade dele?qual a disponibilidade de recursos humanos?....qual a disponibilidade financeira?..... Pensando em termos de Sorocaba/SP, não de uma criança, estamos começando a realizar essa exigência de planejamento. É preciso que o executivo perceba o caminho para qualidade social.

R 03: Uma discussão específica sobre qualidade nunca houve, mas a gente observa nas mudanças de comportamento de como é o conselho hoje, existe uma preocupação com a qualidade social, ou seja aquilo que é bom, não pode ser bom só pra um, ter qualidade só pra um de forma subjetiva, as coisas tem que ter qualidade social, pra muita gente, pra uma sociedade, atingindo um grupo.

O estabelecimento de prioridades e metas em conjunto com as representações dos vários segmentos sociais permite ao executivo identificar e suprir, com maior precisão e eficácia, as necessidades existentes. Neste sentido a entrevista buscou saber como foi o desempenho do conselho na elaboração e planejamento do PME, e se a qualidade da educação teve prioridade e espaço no documento final, as respostas que seguem explicitam a ação de mobilização do conselho, assim como a preocupação com ações apartidárias.

Para Bordignon o maior desafio na construção do PME é o da mobilização para a participação. O C.M.E.SO esteve envolvido na elaboração e no planejamento do PME em Sorocaba/SP, que se propõe a organizar a educação municipal e segundo Gadotti (2000, p. 169), o C.M.E. permite a participação da sociedade na fixação dos rumos da educação através do exercício da democracia direta. Por falta de compreensão do significado da participação, por descrença ou por inércia histórica, muitos educadores ainda a consideram mero discurso retórico ou oportunidade de afirmação de interesses corporativos. A participação requer capacidade de colocar-se no lugar do outro e superação de resíduos inconscientes de preconceitos, evidentes nas respostas:

R 01: Eu diria que o C.M.E.SO teve muitos papéis. Teve o papel primeiro de provocar, desencadear a discussão do plano, em alguns momentos teve um papel de tentar formatar essa discussão, isso não é uma tarefa fácil. A formatação eu diria que foi onde tivemos os maiores entraves.

R 02: Acho que foi fundamental, enquanto conselho existe uma preocupação de desenvolver as questões de forma apolítica, que fossem seguidas exatamente as diretrizes previstas no Plano Nacional, Estadual, e como tem representação de todas as modalidades da educação, o conhecimento que cada integrante trás foi fundamental para estruturá-lo.

O processo de planejamento, descrito por Bordignon (2009) ancora-se em três marcos, que não devem representar momentos ou etapas distintos, mas ações



articuladas sinergicamente e orientadas pela intencionalidade política da melhoria da qualidade da educação no município, sendo: Onde estamos? O que queremos? O que fazer? Diante deste caminho o C.M.E.SO posiciona-se:

R4: O conselho tomou como uma grande responsabilidade, levou muito a sério, parou um pouco de pautar outros assuntos, nas reuniões 20% era dedicado a assuntos gerais e 80% dedicados ao planejamento do PME, então foi muito bem elaborado, demorou e demandou muito estudo, muitos ajudaram no fornecimento de dados. [...] Tínhamos prazos, e Sorocaba/SP deveria fazer e dentro do prazo, foi uma primeira experiência, foi feita uma comissão para lidar com grupos antagônicos, a presidente nomeou essa comissão e aí foi, o PME engrenou, a duras penas. Com isso tivemos um grande amadurecimento, inclusive agora com o acompanhamento do Plano, que é bastante incipiente, mas que tem caminhado

R 02: Permeou todas as nossas discussões. Gostaria de pensar mais no conceito de qualidade, mas com certeza a preocupação do conselho foi sempre de fazer o melhor. Enquanto as discussões estavam com a equipe técnica sempre houve a preocupação com a qualidade, nunca senti qualquer interesse partidário, ou para benefício próprio, ou ainda beneficiar uma instituição, isso nas discussões eu não percebi.

Muita seriedade no planejamento do C.M.E.SO para o PME, dedicação do colegiado nas reuniões, definindo desde: o que temos?, o que queremos? como fazer? Respeito aos prazos para que não se colocasse em risco benefícios do governo federal para o município. A preocupação com questões partidárias também gerou certa tensão, pois não poderiam e nem deveriam ocorrer, o que realmente não ocorreu segundo relatos da entrevista.

R 03: Eu entendo hoje que se não houvesse a participação bem ativa do conselho, hoje teríamos um outro plano. [...] Foi um momento conturbado, pois o pessoal do executivo estava acostumado a dizer e ser obedecido, e de repente não houve isso, e teve a necessidade de uma revolução dentro do conselho para que as coisas acontecessem. Então foi um momento muito bom, ele era um antes, não que fosse ruim, mas pertencia há outra ideologia, mas a partir do PME se tornou muito mais coeso, muito mais participativo, com toda a diversidade que existe lá dentro. Pensamos diferente, mas essencialmente, nos respeitamos na diversidade. Não era tão bom antes do PME.

Na fala dos respondentes a experiência do C.M.E.SO com o PME foi um marco, a experiência democrática foi intensa e tensa. Dentre as ações do conselho foi descrito e enfatizado seu papel de mobilização. A qualidade segundo os conselheiros foi alvo das discussões, mas poderia ter um olhar ampliado para a qualidade social, ou seja, para todos, sem distinções. Bordignon (2009, p 93) diz que o plano deve constituir-se em instrumento objetivo de gestão. Deve permitir a programação das ações e estratégias, recursos, atores e processos de gestão para realizar as transformações desejadas, rumo à cidadania que queremos para todos. Nesse sentido os conselheiros expressam



pequenas/grandes mudanças que vão ao encontro de uma gestão democrática, tendo estratégias de mobilização e divulgação e mecanismos incipientes, porém efetivos de participação que visavam a aproximação da coletividade. O acompanhamento do PME também é questão relevante da entrevista:

Como instrumento de operação do Sistema Municipal de Educação (SME), o PME estabelece as políticas e diretrizes e define os objetivos e metas educacionais do município para um período decenal. BORDIGNON (2009 p. 95)

Na descrição dos conselheiros, a Secretaria da Educação validando a lei, possibilitou a organização da equipe técnica e do FPME- Fórum Permanente da Educação Municipal, com objetivo de observar o cumprimento da lei:

[...] R01: Agora estamos entrando na fase do Fórum, onde eu gostaria que o C.M.E.SO tentasse corrigir alguns dos pontos, onde entendo que ele poderia ter trabalhado melhor ou de outra forma para o PME. Eu diria que para o Fórum Municipal de Educação a gente já fez uma discussão muito ampla, antes de propor formato de trabalho, embora já tenhamos a contribuição da comissão paritária, traçando a pré formatação do Plano, tivemos representantes da escola privada, da prefeitura, do conselho, do legislativo e acho que isso também é aprendizagem em termos de gestão democrática também. Então agora penso que o formato da discussão já sendo gestado por um grupo maior com visões diferentes tende a provocar um número menor de conflitos na discussão que vai seguir, pelo menos quero acreditar nisso.

R 02: [...]A impressão que eu tenho, é que precisamos de documentos diversos para tentar chegar numa hipótese, num resultado. Diferente se a gente tivesse isso de forma estruturada, não vejo essa organização na rede municipal que dirá na rede estadual. Não temos um espaço onde tenhamos tudo isso documentado, seja do ensino superior, seja das escolas particulares, do estado ou do município. Hoje não temos isto estruturado num único local que você pudesse ter esse reflexo na educação de Sorocaba/SP. Você tem que buscar em diversos pontos, alguma coisa que poderia ser dentro de um site por exemplo, da Secretaria da Educação[...]

A falta de dados em um único espaço de consulta é um impeditivo, segundo os conselheiros, para que o acompanhamento do FPME ocorra com precisão e qualidade. A proposta da equipe técnica de constituição do Fórum é de construir, com um trabalho compartilhado entre redes, um banco de dados da cidade, onde qualquer munícipe tenha acesso a dados tais como: número de crianças atendidas na educação infantil, escolas que possuem acessibilidade, quantas escolas possuem PPP(Projeto Político Pedagógico) em andamento etc.

R 03: Como tudo na educação, muito devagar, mas as coisas estão acontecendo. A Secretaria da Educação se preocupou em realizar o que a lei exige, que é a realização do Fórum, que espero seja representado por vários segmentos, garantindo boa educação para Sorocaba/SP, pois esta cidade



merece. Com possibilidades de melhorar, o PME foi um processo novo, neste momento temos mais maturidade. Constituir a comissão organizadora, de forma democrática já é um ganho muito grande, e é uma responsabilidade muito grande para quem está lá. Pois determinarão como funcionará o Fórum, porém tivemos pouca procura. Tivemos crítica na elaboração do PME, quanto a falta de divulgação, agora tivemos cuidado e mesmo assim a procura foi baixa. Participação é algo que o brasileiro tem que aprender.

R 05: O C.M.E.SO já iniciou, obedecendo a legislação pertinente, os trabalhos para o acompanhamento do alcance das metas estabelecidas no PME. Hoje acompanhando relatório do INEP- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais- e de acordo com informações que nos chegam da rede de ensino, já podemos sentir que muitas metas do PME estão estagnadas ou chegaram a regredir nos últimos anos. Estamos em fase de construção do Fórum de Educação.

Os conselheiros evidenciam ao falar dos processos de acompanhamento do PME, tanto nas ações da equipe técnica, como na constituição do Fórum Permanente Municipal de Educação, uma nova oportunidade de melhorar o Plano. A construção de um espaço informatizado com dados da educação do município, trará a qualificação do debate e o refinamento do acompanhamento das metas mecanismos e estratégias de gestão democrática por uma educação que busca a qualidade social.

Gestão democrática e participação no C.M.E.SO

A Constituição Federal de 1988, determina que o ensino público seja ministrado com base em alguns princípios, dentre eles, a gestão democrática do ensino público. Os conselhos municipais de educação frente a esta determinação necessitam realizar a aproximação necessária entre a sociedade e gestores da educação de forma a facilitar e promover espaços de ouvir, de manifestar-se de forma organizada e objetiva, pois segundo Lima e Alca (2010, p. 18), [...] a gestão democrática é uma construção, nada fácil, mas responsabilidade de todos e de cada um, para a formação do cidadão mais atuante na sociedade em que está inserido, coerente e autônomo em suas decisões para o exercício da cidadania.

Nas entrevistas os conselheiros se mostraram bastante à vontade para falar que a participação ainda ocorre de forma incipiente, mas que alguns passos vem acontecendo neste sentido. No bloco de perguntas da entrevista, iniciado na questão 6 até a 10, este assunto é debatido e aqui trago alguns destaques importantes de serem valorizados quanto a gestão democrática no C.M.E.SO, em suas reuniões e nas ações mais concretas do conselho com relação ao tema:

R 01: Olha, eu diria assim, a gestão democrática aqui no Brasil, ela ta caminhando ainda, está longe do lugar onde deveria estar, eu acho que o conselho tem colocado algumas ações nesse sentido, por exemplo: a gente estabeleceu desde o ano passado que em toda reunião a gente pode receber membros da comunidade, isso é uma coisa que não acontecia antes. As reuniões do conselho tinham uma pauta, não era divulgada, e isso é um impeditivo a participação popular, então agora a gente tem mecanismo para que qualquer pessoa ou qualquer munícipe pode aparecer no começo da reunião e fazer uso da palavra e colocar um tema, um ponto de vista, qualquer coisa que seja para os conselheiros, aquilo não necessariamente vira um item de pauta, porque a pauta tem que ser vencida, mas na medida do interesse dos conselheiros ou por manifestação de qualquer um deles pode virar um item de pauta para a próxima reunião ou até pode ocorrer uma breve discussão ali.

Alguns mecanismos de gestão democrática são enumerados pelo respondente 01, demonstrando a preocupação do C.M.E.SO com esta forma de atuar, esclarecendo que ainda em fase inicial e de ajustes que buscam se adequar para ampliar a qualidade e a diversidade da participação:

R 01: O estabelecimento de eleições por meio de edital, processo eleitoral realizado sempre que possível por meio digital, melhoria da comunicação do C.M.E.SO com a população, também contribui com a gestão democrática, a construção de boletins informativos, de material que a gente possa divulgar pautas pra divulgar para a comunidade, estamos tentando ter pernas para manter tudo isto. Nós temos processos de palestras e debates a respeito de tópicos, a gente quer a participação das pessoas porque as câmaras do conselho são muito pequenas, o sentido de câmara pra gente é uma coisa muito mais ampla então precisamos envolver a comunidade toda no debate. Eu até penso que algum tipo de parcerias entre as câmaras do conselho, se é que vamos ter câmaras no Fórum, essa parceria seria importante para ter discussões casadas sobre o tema.

A gestão democrática deve ser expandida para que a sociedade note, perceba que o C.M.E.SO é órgão de força, pois ele próprio é mecanismo de instituição de gestão democrática

R 03: Justamente a gestão democrática é que passou a fazer parte da nossa vida após o PME. O que é gestão democrática? É permitir que todos possam participar de uma mesma discussão, você tem a capacidade de ouvir várias correntes dentro de um mesmo assunto. Essa foi a principal mudança no conselho.

Percebe-se na fala dos respondentes que os processos ocorrem com uma proposta democrática, porém ainda bastante inicial, ações como abertura de espaço para a utilização da comunidade durante as reuniões e ampliação da comunicação por meio do site e das informações colocadas neste mesmo espaço, são apontados pelos conselheiros como estratégias de gestão democrática. Ainda quanto a gestão democrática, importante saber como se posicionam os conselheiros no C.M.E.SO:

R 02: Sem dúvida os conselheiros tem contribuído para isso. A aproximação com a comunidade, porque quando se fala em gestão democrática, na minha concepção não existe democracia quando não se envolve todos os envolvidos. A gestão democrática pode ser muito mais fácil quando é um grupo pequeno de pessoas, como é o número de membros do conselho (18), mas só se torna realmente democrática quando se ouve o outro. Penso que estamos num momento muito especial dentro do conselho, conseguindo exercer esse papel de conselheiros, pensando no todo, pois somos o elo com a comunidade.

Os conselhos efetivam sua razão de ser na medida em que ouvem os cidadãos que necessitam atuar nas tomadas de decisão e elaboração das políticas públicas, são novos mecanismos participativos, explica Gohn (2002), incluídos na governança local se baseiam no engajamento popular como um recurso produtivo central: a participação dos cidadãos provê informações e diagnósticos sobre os problemas públicos, geram conhecimentos e subsídios à elaboração de estratégias de resolução dos problemas e conflitos envolvidos. Questionados a respeito da participação no C.M.E.SO os respondentes se posicionaram:

R 01: Ruim, bem aquém do que eu gostaria. Existe uma coisa que é a credibilidade, com o passar do tempo as pessoas ficarão sabendo que podem procurar o C.M.E.SO, que o conselho está envolvido nos debates importantes, aí começa a ter um entendimento por parte da comunidade de que o conselho é um canal a ser explorado.

R 03: Ruim, na nossa pauta existe a palavra da comunidade, mas temos pouca participação, e com assuntos bastante particulares. Um viés ainda bastante corporativo. Aos poucos vamos caminhando para uma visão social do problema. Pensar o que seria bom para a população de Sorocaba/SP.

Nesta dinâmica de atendimento dos preceitos constitucionais, é fundamental, pela natureza democrática que deverá assumir o C.M.E., a participação da comunidade na organização, na composição e na delimitação de atribuições a este órgão do poder local referente à educação municipal na definição, normatização e controle dos assuntos educacionais. (OLIVEIRA e PEREIRA, 2011 p.662). Assim considerando os segmentos representativos do C.M.E.SO, a participação ocorre de forma satisfatória?

R 01: Já tivemos algumas discussões sobre ter as reuniões das câmaras abertas, no site ou com outros mecanismos, colocar as pautas com antecedência para que a população se aproprie. O que a gente esbarra algumas vezes é a falta de pernas do conselho, de um ano pra cá a gente conseguiu, fazer muita coisa, e a Laurita também fez muita coisa na gestão dela. Gostaríamos de fazer bem mais do que estamos fazendo, mas sabemos que os conselheiros precisariam de mais tempo, são pessoas atarefadas, o trabalho é voluntário, trabalham muito, muitas horas por semana, mesmo assim para implantar ações novas, tirar qualquer coisa do papel consome as pessoas.

R 04: Está média, poderia ser melhor, tivemos participações muito boas, mas ainda pessoas que buscam soluções para problemas pontuais e não tão amplos, mas é bom começo. Por exemplo a comunidade do Maylasky que nos procurou, pois mexeu muito com a comunidade a possibilidade de encerramento das atividades no prédio. Tivemos bom resultado, mas a participação deveria ser melhor. A participação deveria ser maior, quando muitas pessoas falam que irão até lá, algumas vezes mudamos o local da reunião para poder atender, temos a faculdade da UNESP, a câmara, o Getúlio Vargas, etc.

A representação social nem sempre ocorre, centralizando o poder nas mãos de poucos, deturpando o caráter democrático do C.M.E.. E quando perguntados a respeito de alguma ação necessária com urgência para ampliar a gestão democrática, uma das respostas nos traz o seguinte parecer:

R 03: Só vejo um caminho, é fazer a criança desde a educação infantil participar das decisões. Todos sabem o que realmente necessitam e precisam exercitar essa participação. Nós ainda temos a escola que diz: sente-se, a criança diz: não quero sentar e o adulto reforça, “eu disse pra você sentar”, ao invés de exercitar os posicionamentos. A gente não tem exercício de participação. [...]

A proposta do respondente 03 dimensiona um processo de participação que não se dá apenas no cumprimento de disposições burocráticas ou legais no campo das políticas, mas nascem das concepções de cultura, educação e sociedade. A necessita de se exercitar a participação desde a mais tenra idade pode, segundo a respondente transformar e tornar os processos participativos mais comuns.

O C.M.E.SO e os mecanismos de gestão democrática

Como já dito antes nesta pesquisa, entende-se por mecanismos os meios de participação criados para a aproximação com o coletivo. Bobbio (2000), nesse sentido, esclarece que, a participação democrática pressupõe uma ação reguladora, fiscalizadora e avaliadora, além, é claro, de decisória sobre os rumos da vida política e social das instituições escolares e da sociedade. Mas esta participação só será de fato efetiva quando as pessoas que são chamadas a participar forem colocadas em condições adequadas para tal.

A necessidade da descentralização da administração do Estado, caminha ao lado dos avanços da autonomia dos municípios para gerenciar suas realidades locais, a autonomia do conselho de educação nos municípios depende de fatores e características da política local, como a influência do poder executivo neste colegiado, que reflete diretamente em como o conselho garante o atendimento das demandas



da sociedade e seus encaminhamentos de forma democrática. Teixeira (2001), trata a questão da descentralização explicitando que com a redução do papel do Estado imposta pela política de privatização e descentralização, algumas atribuições são assumidas pelo poder local. Este não dispõe de recursos humanos e financeiros, o que agrava a situação de miséria e exclusão da população. Para legitimar tal política é preciso envolver a sociedade local, o que é feito criando-se, de cima para baixo, mecanismos de participação. No entanto, em muitos países e em várias localidades determinados setores da sociedade vêm organizando, de forma autônoma, seus próprios espaços de participação, ao mesmo tempo que utilizam criticam estes aqueles instrumentos — procuram, assim, redefinir políticas, propor alternativas para melhor aplicação dos recursos, denunciar abusos ou omissões das autoridades.

Na realidade do Conselho Municipal de Sorocaba/SP, os conselheiros têm formas de se posicionar e também expressam se de alguma forma os segmentos aos quais representam pressionam suas atitudes como conselheiros, podemos observar algumas respostas a respeito:

R 01: Entendo que a pressão é natural, todos que chegam até lá exercem uma pressão, a riqueza do conselho está em conseguir dialogar com todas as partes. Um exemplo foi a questão do prédio do Maylasky. Os pais nos procuraram, intermediamos o contato entre eles e a secretária da Educação e o conselho participou desta questão. Algumas semanas atrás tivemos a presença do sindicato, outras presenças trazendo a demanda da atuação dos estagiários na rede. Então sim há pressões, mas faz parte.

Gohn (2002) comenta os olhares sobre os conselhos como instrumento de exercício da democracia é um tema da agenda de propostas para a gestão pública, tanto entre os setores liberais como entre os da esquerda. A diferença é que eles são pensados como instrumentos ou mecanismos de colaboração, pelos liberais, e como vias ou possibilidades de mudanças sociais no sentido de democratização das relações de poder, pela esquerda. Assim os conselheiros do C.M.E.SO falam das influências do poder local:

R 01: Quero deixar claro que pressão direta nunca, mas os membros que participam diretamente da administração acabam sofrendo alguma influência, acaba sendo constrangedor. Eu diria que neste momento, isso não trouxe nenhum prejuízo as decisões do C.M.E.SO.

R 03: A pressão sempre existe, pois se existem ideias diferentes, cada um quer colocar suas ideias. Eu tenho o privilégio de não ter vínculo nenhum com órgãos públicos e nem com partidos. Tenho uma condição confortável, não tenho que prestar conta de minhas ideias. Mas acredito que existe essa pressão. E te digo que gostaria que minha categoria me pressionasse mais, coisa que não sinto. Alguns

elementos do conselho se sentem pressionados , principalmente os que trabalham na Secretaria da Educação.

R 05: Trabalho conjunto C.M.E.SO/Comunidade, sem politicagem

Existe na fala dos respondentes uma nítida preocupação em desenvolver as ações do conselho com autonomia, trabalhar de forma pouco susceptível a interferências por parte do poder executivo, mas percebe-se uma certa influência ou até mesmo em alguns casos uma indiferença do poder executivo com relação às posturas do conselho. Em contrapartida o conselho tem se posicionado de forma direta em algumas ações da Secretaria da Educação conforme a fala do respondente 01, a seguir:

R 01: [...] O que tenho visto muito são ações de governo e não de Estado, por exemplo: vamos fazer Sabe tudo, dinheiro investimento e depois morre o projeto. A gente vê falta de metodologia de planejamento para as ações. Uma das ações mais fortes do C.M.E.SO, foi estabelecer ao forma que a Secretaria tem que nos apresentar o projeto para a análise dos conselheiros. A secretaria terá que dizer quanto vai investir, até quando, que tipo de formação vai realizar etc. Isso trará transparência para as pessoas e população de forma geral. [...]

Nestas colocações o conselheiro expressa que formas de acompanhamento das ações do Executivo local, estão acontecendo, ainda de forma inicial, mas de forma a levar o Executivo a pensar junto na qualidade social das ações propostas.

O C.M.E.SO e as estratégias de gestão democrática

Representar os interesses de todos, atender a diversidade de forma igualitária e justa é imprescindível no Conselho Municipal de Educação para os avanços da qualidade socialmente referenciada, e concomitantemente oferecer as estratégias, ou seja, as melhores formas de buscar caminhos da gestão democrática. Silva (2013), revela que neste sentido, os C.M.E.'s devem conhecer, acompanhar e fortalecer os instrumentos e os processos de gestão democrática existentes no município, arguindo sobre a forma como são estruturados pelo Poder Executivo. As questões de 15 a 20 do Apêndice 5 são tratadas aqui:

R 01: Eu não faço parte do quadro municipal, então a visão que eu tenho, é a visão de alguém que tá de fora, portanto, ela facilita a erros, é aquilo que eu enxergo e posso não estar enxergando, mas até onde eu enxergo eu não vejo esse diálogo acontecendo, eu vejo que as escolas tem lá suas associações, os conselhos, mas não observo que as demandas cheguem até o poder executivo.

Evidencia-se na fala acima tênues formas de estratégias de gestão democrática, pois por vezes até ocorrem iniciativas, mas sem chegar no poder público de forma a estabelecer uma relação de avanços nas políticas públicas. A fim de sanar esta frágil relação a fala a seguir do respondente 01, demonstra os movimentos do C.M.E.SO na busca de melhorar essas estratégias.

R 01: É algo que estamos tentando fazer. O histórico do C.M.E.SO, até pouco tempo atrás, era de receber pautas do executivo, e devolver a resposta da pergunta que foi formulada, e eu to entendendo que o conselho está migrando para um outro lado, com uma forma de atuação que é mais ampla do que isso, o próprio conselho propor pautas para o executivo, entendo que essa é a atuação que deve ocorrer no conselho. Nós ainda não estamos conseguindo fazer isso por falta de verbas e de bom relacionamento com a base. Se a gente tiver, por exemplo, reunião de câmaras onde um número significativo de pessoas, ai consigo ter pautas que venham de baixo pra cima e não de cima para baixo no conselho, importante que essas pautas subam, o que não acontece hoje, porque a população não vê ainda o conselho como esse canal, e o pequeno número de pessoas que se dispõe aos enfrentamentos e às reivindicações. Essa é uma grande preocupação, fazer as pautas subirem. Uma coisa que funciona muito bem no conselho é o respeito entre os membros, mesmo com diferenças pessoais. Colocamos uma dinâmica de discutir temas e então votar e definir.

Nota-se pelas respostas acima um olhar dos conselheiros para ações que invertem a ordem das demandas. Atende-se as questões burocráticas e cartoriais, porém destaca-se na fala do respondente 01, a necessidade de ouvir as bases e “o próprio conselho propor pautas para o executivo”, ou seja, estabelecer pautas de “baixo para cima”. Trabalhar as demandas de forma a inteirar o poder executivo das reais necessidades da sociedade, de forma que possa atender igualmente as diversidades é o que permeia a fala dos respondentes acima. Fernandes (2007, p.939), diz que assegurar condições políticas e de gestão para o envolvimento e a participação da sociedade civil na formulação, implementação das ações e programas de universalização da educação básica, bem como a melhoria da educação nos diferentes níveis e modalidades, é tarefa dos poderes públicos. Os respondentes 4 e 5 destacam o assunto:

R 04: Não estamos dando conta de uma atuação mais legalista. Dar um parecer, ou realizar uma deliberação, estamos neste processo, somos muito cuidadosos, mas estamos caminhando para esse avanço, mas a legislação requer muito estudo e precisamos ter mais pernas. Por isso acredito que o Fórum vai ser ótimo.

R 05: Ainda é baixa, sinto certo grau de dificuldades na comunicação e relacionamento C.M.E./ SEDU.

Uma forma de avançar nesta participação pode ocorrer com o Fórum Permanente Municipal de Educação (FPME), que é hoje uma estratégia, uma forma de buscar caminhos para a democratização da educação em Sorocaba/SP, e com certeza



buscará formas para que vários outros mecanismos de gestão democrática, ou seja, outros meios de participação criados para a aproximação com o coletivo. Todo este movimento necessita de ações sérias, comprometidas e apartidárias, uma vez que, como órgãos da esfera pública, os conselhos possuem uma estrutura mista, que conta com a presença da sociedade civil, vinculada ao Estado. Essa composição cria a possibilidade de uma ação mais articulada e global das organizações e define as bases para uma ação política sobre as esferas de decisão do poder. (TEIXEIRA, 2004 p.702).

Quadro 1: Mecanismos e estratégias indutoras de gestão democrática do C.M.E.SO

MECANISMOS	ESTRATÉGIAS	ENFRENTAMENTOS
Reuniões sistematizadas	Estudo nas Câmaras	Burocracias
Site de domínio próprio do C.M.E.SO	Programa de Debate (periódicos aberto para todos)	Ausência de pessoal para apoio Ausência de apoio das instituições de ensino.
Organização de banco de dados educacionais	Debates de temas Educacionais.	Influência do poder público
Emitir pareceres sobre assuntos pedagógicos e legais	Socializar discussões das câmaras para todos os conselheiros	Divulgação de ações ainda incipientes Desconhecimento por parte de muitos membros da Secretaria da Educação das atribuições e funções do C.M.E.SO.
Palavra Aberta	Abrir espaço para a sociedade em todas as reuniões-C.M.E.SO	Ausência de apoio para trabalhos complementares(alimentar site, organizar documentos etc.)
Eleição informatizada	Ampliar formas de participação	Mudanças do Poder Executivo
Boletins Informativos	Divulgar Pautas	Ausência de Planejamento das propostas educacionais pelo poder público local.
Registros	Avaliação de Projetos com a participação do colegiado	Ausência de financiamento para formação de conselheiros.
Arquivo de Documentos e Atas desde a criação do C.M.E.SO.	Analisar futuros projetos a serem implantados pela Secretaria de Educação.	Ausência de membros da sociedade civil organizada entre os conselheiros.
Agenda disponível	Disponibilização e conhecimento de todo o público acerca das ações do C.M.E.SO no site.	
Pauta disponível	Divulgar assuntos discutidos no site, a fim de ampliar os conhecimentos da população a respeito das funções do colegiado.	
Dados educacionais do município em um só banco de dados	Ampliar acesso da população no acompanhamento das ações do município quanto a educação.	

Fonte: Elaborado por Gilsemara Vasques Rodrigues Almenara.

O quadro apresentado expõe de forma visualmente mais clara os mecanismos e estratégias estabelecidos pelo C.M.E.SO, com vistas a gestão democrática. Tanto na pesquisa documental, quanto nas entrevistas, investigou-se em que medida a gestão democrática é incorporada pelo conselho, como um princípio das leis educacionais brasileiras, como forma de implantação de políticas públicas e como valorização da participação social. Nos capítulos teóricos da pesquisa foi possível observar os ideais de atuação dos conselhos de educação na forma da lei e suas possíveis contribuições para a autonomia dos municípios, assim como das políticas públicas para a educação. A fala dos cinco conselheiros entrevistados, apresentava o tempo todo um aspecto bastante otimista com relação às propostas de gestão democrática e da progressiva autonomia deste espaço, porém a pesquisa revela que o caminho é longo, com progressos constantes, mas ainda incipientes.

Considerações finais

O Conselho Municipal de Educação de Sorocaba/SP, segundo Melati (2017), foi um dos pioneiros na busca da autonomia, pois foi a terceira cidade paulista a solicitar delegação de competências ao Conselho Estadual de Educação. A primeira cidade foi São Paulo e a segunda, a cidade de Socorro. Em meio à estas posições e contraposições, nota-se que a autonomia do conselho está se constituindo à medida que a legitimidade ganha espaço sobre a legalidade, e estas por sua vez transformem as ações dos governos municipais, avançando nas parcerias e efetivando situações de participação da sociedade.

Observa-se que as iniciativas na busca pelos mecanismos e estratégias indutores da gestão democrática do C.M.E.SO, estão ocorrendo e aos poucos sendo ampliadas e implantadas, como contrapondo desta situação percebemos que para avanços mais significativos cabe ainda: incentivar e ampliar a participação social; avançar nos processos de acompanhamento do PME; investir na formação dos conselheiros; ampliar a composição dos conselheiros abrangendo mais setores da sociedade civil organizada, assim como pais de alunos e o próprio aluno; ainda que de forma gradativa ampliar a participação nas políticas públicas pleiteadas pela população junto ao poder público, como disse o respondente 01 “ ser veículo para promover a discussão da base com o poder público”; disponibilizar a agenda C.M.E.SO no site de

forma sempre atualizada. A capacidade de enxergar além é citada pela respondente 04:

O papel do conselho é ter uma visão a frente, uma super visão, digamos assim, antecipadamente o conselho deveria prever algumas situações. Isto melhoraria a qualidade social.

Este estudo revela a fundamental importância da atuação do Conselho Municipal de Educação de Sorocaba/SP e suas formas de gestão, no avanço da educação no município de Sorocaba, do mesmo modo, na participação das decisões e demandas da educação local e no desenvolvimento das políticas públicas educacionais. Se faz necessário a continuidade e o despertar de indignações para que o C.M.E.SO e tantos outros conselhos assumam as suas participações na agenda política do município, de forma a garantir com este olhar, as possibilidades de uma proposta de sociedade, de educação e de ser humano firmados por uma qualidade socialmente referenciada.

Referências

ALMENARA, G.V.R. e SILVA, P.R.S., Conselho Municipal de Educação de Sorocaba/SP: qualidade, gestão democrática e participação na percepção dos conselheiros. *Laplage em Revista* (Sorocaba), vol.4, n.3, set.-dez. 2018, p.7-27. Disponível em:

<http://www.laplageemrevista.ufscar.br/index.php/lpg/article/view/549/773> . Acesso em 06 jun.2019.

AZEVEDO, J. L. de. Notas sobre a análise da gestão democrática da educação e da qualidade de ensino no contexto das políticas educativas. *RBP AE*, v.27, n.3, p. 365-588, set./dez, 2011. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/26412/15404>. Acesso em: 20 jul. 2017.

BOBBIO, N. *Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

BORDIGNON, G. *Gestão da educação no município: sistema, conselho e plano*. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 21 jan. 2018.

BRASIL. *Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação*. Brasília, DF: Senado, 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6094.htm Acesso em: 23 jun. 2018

BRASIL. *Lei nº 10.127, de 9 de janeiro de 2001, que estabelece o Plano Nacional de Educação (PNE)*. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2001/lei-10172-9-janeiro-2001-359024-publicacaooriginal-1-pl.html> Acesso em: 14 abr. 2020.



BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. *Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares*. Portal Mec, 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Consescol/ce_gen.pdf. Acesso em: 20 jul. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria da Educação Básica. *Conselhos escolares: uma estratégia de gestão democrática da escola pública*. Brasília: DF, 2004. p. 35-40. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Consescol/ce_gen.pdf. Acesso em: 20 de nov. de 2017.

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (CMESO). *Caderno de Legislação de Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação Profissional*. Volume 1, 2000.

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (CMESO). *Livro de atas das reuniões – período de 01-01-94 à 24-11-99*. Livro 1 c, p. 01-99.

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (CMESO). *Regimento Interno*. Atualizado em 08 de maio de 2012. Resolução SEDU/GS Nº 14/2012, de 09 de maio de 2012. Disponível em: <http://www.educacao.sorocaba.sp.gov.br>. Acesso em: 13 nov. 2017.

ENTREVISTAS. *Conselheiros municipais de educação*. Entrevista realizada no período de março a julho de 2018. Disponível no Grupo GEPLAGE. www.geplage.ufscar.br

FERNANDES, A.E.F. Políticas públicas educacionais e o conselho municipal de educação em Lavras. *Acta Científica – Ciências Humanas*, p.73-85, 1º Semestre de 2008. Disponível em: <http://circle.adventist.org/files/unaspress/actacientifica2008017312.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2017.

GADOTTI, M. *Perspectivas atuais da educação*. Porto Alegre: Artmed, 2000.

GOHN, M. G. Conselhos gestores na política social urbana e participação popular. *Cadernos Metrôpole*, n.7, p.9-31, 1º sem. 2002. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/download/9257/6867>. Acesso em: 10 jul. 2017.

LIMA, A.B. de. *PPP – Participação, gestão e qualidade da educação*. Uberlândia/MG: Ed. Assis, 2015.

LIMA, P. G.; ALCA, C. T. M. Gestão democrática: nexos no contexto da escola pública brasileira. In: *Educare et Educare - Revista de Educação*, Cascavel, PR, Vol.5-Nº10 – 2º semestre de 2010. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/educereeteducare/article/view/5377/4046>. Acesso em: 11 abr. 2018.

MELATI, E. A. P., *Planejamento Educacional na Secretaria da Educação de Sorocaba/SP: Autonomia ou sujeição? (1994-2003)*. Dissertação (Mestrado em Educação). 115f. Sorocaba/SP: Universidade de Sorocaba (UNISO), 2017. Disponível em: <http://educacao.uniso.br/producao-discente/dissertacoes/2017/edmara-melati.pdf>. Acesso em: 7 jun. 2017.

OLIVEIRA, I. A. de C., *O conselho municipal de educação como mecanismo de Instituição da gestão democrática: Um estudo de caso sobre as ações do Conselho Municipal de Educação de Maricá*. Dissertação (Mestrado em Educação). São Gonçalo-RJ: Universidade Federal do Rio de Janeiro. UFRJ, 2011. Não disponível online.

PEREIRA, S. M. e OLIVEIRA, O. S., Constituição e funcionamento do C.M.E. frente ao processo de democratização da gestão: um estudo de municípios de Santa Maria e Santa Rosa/RS. *Ensaio/RJ*, v.19, nº 72, p.651-678-jul/set, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v19n72/a10v19n72.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2018.

SÃO PAULO (Estado). *Constituição Estadual de 05 de outubro de 1989*. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/constituicao/1989/compilacao-constituicao-0-05.10.1989.html>. Acesso em: 14 abr. 2020.

SÃO PAULO (Estado). *Lei nº 9.143, de 09 de março de 1995. Estabelece normas para a criação, composição, atribuições e funcionamento de Conselhos Municipais e Regionais de Educação*. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1995/lei-9143-09.03.1995.html> Acesso em: 14 abr. 2020.

SÃO PAULO (Estado). *Parecer CEE nº 197/1998. Toma conhecimento do Sistema Municipal de Ensino de Sorocaba/SP*. São Paulo: Diário Oficial do Estado de 08/05/1998 – Poder Executivo, 1998.

SILVA, M.A.C. *Conselho municipal de educação de Uberlândia-MG: possibilidades na Democratização da Educação Municipal (2009-2012)*, Uberlândia/MG. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Uberlândia, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/13921/1/Maria%20Adelina.pdf>. Acesso em: 25 mai. 2018.

SOROCABA. Conselho Municipal de Educação de Sorocaba – CMESO. *Site Oficial do CMESO*. Disponível em: <http://www.cmeso.org/>. Acesso em: 27 nov. 2017.

SOROCABA. *Decreto nº 23.069 de 19 de setembro de 2017 – Institui o Fórum permanente municipal de Educação e dá outras providências*. Jornal do Município de Sorocaba. Número 1.867 de 22 de setembro de 2017. p.2. Disponível em: <http://www.sorocaba.sp.gov.br/anexos/SECOM%2FJornal-do-Municipio%2F2017/1867%20-%2022%20de%20setembro.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2017

SOROCABA. *Lei nº 11.133, de 25 de junho de 2015 – Aprova o Plano Municipal de Educação – PME do município de Sorocaba*. (2015a) Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sp/s/sorocaba/lei-ordinaria/2015/1114/11133/lei-ordinaria-n-11133-2015-aprova-o-plano-municipal-de-educacao-pme-do-municipio-de-sorocaba> Acesso em: 28 nov. 2017.

SOROCABA. *Lei nº 4.574 de 19.07.1994 – Cria o Conselho Municipal de Educação e dá outras providências*. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sp/s/sorocaba/lei-ordinaria/1994/458/4574/lei-ordinaria-n-4574-1994-cria-o-conselho-municipal-de-educacao-de-sorocaba-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 28 nov. 2017.

SOROCABA. *Lei nº 6.754 de 22.11.2002 – Dispõe sobre alteração de dispositivo à Lei 4.574 de 19 de julho de 1994 que cria o Conselho Municipal de Educação e dá outras providências*. Disponível em: <http://www.cmeso.org/wp-content/uploads/2017/06/lei-n-6754-de-22-de-novembro-de-2-002.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2017.

SOROCABA. Secretaria da Educação. *Plano Municipal de Educação, 2015-2025*. 2015b. Disponível em <http://www.sorocaba.sp.gov.br/P.M.E./wp-content/uploads/sites/35/2015/06/Plano-Municipal-de-Educacao-Docemento-final.pdf> Acesso em 14 abr. 2020.



TEIXEIRA, E. *O poder local e o global: limites e desafios da participação cidadã*. São Paulo/Recife/Salvador: Cortez/EQUIP/UFBA, 2001. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.abong.org.br/bitstream/handle/11465/1744/252.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 12 mar. 2017.

TEIXEIRA, L. H. Conselhos municipais de educação: autonomia e democratização do ensino. *Cadernos de Pesquisa*, v. 34, n. 123, set./dez. 2004. p. 691-708. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v34n123/a09v34123.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2017.



Sua participação e apresentações de trabalhos abrilhantaram o ii colóquios de políticas e gestão da educação

ESPERAMOS VOCÊS NO III COLÓQUIOS DE 24 A 27 DE MAIO DE 2022.

2022

III COLÓQUIOS DE POLÍTICAS E GESTÃO DA EDUCAÇÃO ONLINE

Planejamento educacional em debate: políticas públicas e desafios



24 a 27 de maio de 2022

Presenças confirmadas:

- Profa. Dra. Elisângela Alves da Silva Scaff - UFRR
- Maria Alice de Miranda Aranda - UFGD;
- Profa. Dra. Selma de Carvalho Fonseca - UNASP
- Palestrantes internacionais a confirmar



MINHA AGENDA:

2022 VOU PARTICIPAR DOS COLÓQUIOS UFSCAR SOROCABA ONLINE

Informações: geplageufscar@gmail.com

Comissão Organizadora III Colóquios

<https://doity.com.br/iii-coloquios-de-politicas-e-gestao-da-educacao>